

O Brasil abre as portas da crise econômica para a crise social

18/07/2015



Por Marcio Pochmann, para a RBA publicado 18/07/2015

Nos EUA, a população vivendo sob insegurança alimentar cresceu 57,5% cinco anos depois da crise de 2007. No Brasil, que havia invertido essa tendência, a desaceleração já compromete o combate à miséria

As respostas concedidas pelos governos à crise econômica desde 2008 têm inegavelmente impactado a situação social dos países. No bloco das 34 economias mais ricas do mundo, também conhecidas por Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a quantidade de desempregados, por exemplo, aumentou em 15 milhões de pessoas em apenas oito anos, passando de 33 milhões em 2007 para 48 milhões em 2015 de trabalhadores sem emprego.

Se a referência tomada for a evolução da renda dos que permaneceram ocupados, observa-se como o ajuste econômico se processou mais intensamente sobre os ombros da população mais pobre dos mesmos países da OCDE. Para os 25% mais pobres, por exemplo, o rendimento médio real manteve-se congelado (0,8% acumulado em 16 anos), enquanto os 25% mais ricos aumentou 1,01% (17,4% acumulado entre 1995 e 2011).

O agravamento do quadro social nas economias mais ricas do planeta se manifestou mais intensamente entre os segmentos mais vulneráveis, indicando que as políticas públicas de proteção e promoção social vêm perdendo efetividade. Os cortes nos gastos sociais e elevação das despesas financeiras apontam para a revisão do papel do Estado frente à manifestação da crise econômica.

As tentativas de ajustar as economias desde 2008 passaram a desajustar o social. Exemplo disso emerge das informações derivadas da situação de insegurança alimentar da população residente nas economias mais ricas do mundo.

No ano de 2012, os Estados Unidos registraram 21,1% de sua população vivendo na condição de insegurança alimentar, enquanto em 2007 eram 13,4%. Ou seja, um aumento de 57,5% em cinco anos.

Para o mesmo período de tempo, a Grécia duplicou a participação da população na condição de insegurança alimentar. Isso porque a população na situação de insegurança alimentar passou de 8,9% em 2007 para 17,9% em 2012.

No caso do Brasil, a crise econômica não resultou agravamento social, pelo menos até o ano de 2012. Entre 2007 e 2012, por exemplo, a taxa de pobreza extrema caiu 36,3%.

Em 2013, contudo, a miséria voltou a crescer pela primeira vez desde 2003. A taxa de pobreza extrema passou de 3,6%, em 2012 para 4% em 2013, conferindo aumento de 11%.

A desaceleração econômica observada desde 2011 contribuiu para conter o esforço significativo das políticas públicas de proteção e promoção social. Mas em 2015, com a adoção do programa de austeridade econômica, o quadro social no Brasil tenderá a expressar, guardada a devida proporção, a tendência verificada nas economias mais ricas do mundo.

Conforme observado anteriormente, as medidas de ajuste econômico adotadas nos países da OCDE têm levado ao desajuste social. O Brasil não está condenado a seguir os países ricos, mas a adotar o seu caminho próprio, com segurança social e sustentação de sua economia em outras bases políticas como verificado nos anos 2000.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas.